

2017/08/20

Irão. Um conflito em agravamento?

Alexandre Reis Rodrigues

Enquanto a crise com a Coreia do Norte continua muito grave, outra – com o Irão – entrou numa escalada que a prazo não será menos preocupante. A da Coreia do Norte é mais imediata e, sobretudo, terrivelmente assustadora, porque pode encaminhar-se para um desfecho militar de consequências devastadoras. Tão catastróficas que leva muitos a não querer acreditar que possa acontecer. Infelizmente pode, mas para já está apenas numa guerra de palavras.

Ajudaria muito a que fique por esses termos se Pequim, entretanto, concluir que a crise entrou num patamar que ameaça os seus interesses vitais e, nessa base, decidir ser firme com Pyongyang. Parece ser, precisamente, o que está a acontecer, por um lado, com Pequim a adotar novas sanções e, pelo outro, com Pyongyang a anunciar que o ataque a Guam ficava, para já, suspenso.

A crise com o Irão só difere da coreana na questão nuclear, por esta estar numa fase menos desenvolvida e, formalmente, se encontrar suspensa graças ao acordo negociado pelo Presidente Obama e assinado em 2015 por todos os Países do grupo P5 +1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha).¹ De resto, inclui todas as vertentes da questão coreana, embora em graus diferentes: um programa de mísseis balísticos (mais atrasado, mas a recuperar com o apoio coreano); ligações com o terrorismo internacional (crime organizado, no caso da Coreia do Norte); violação de direitos humanos (mais grave e generalizada na Coreia) e incumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É na prioridade que deve ser atribuída a estas várias dimensões do problema iraniano que Trump mais diverge da política da anterior administração. Obama concentrou-se na questão nuclear mediante um acordo que demorou anos a construir, sob contestação de muitos setores internos, principalmente dentro do Partido Republicano que, regra geral, nunca se conformou com os resultados alcançados.

Os mais radicais querem que o abandono do acordo seja tratado como assunto da maior prioridade. Muitos consideram que o Presidente Obama foi longe demais em cedências, num momento desadequado. Precisamente quando a continuação das sanções seria o caminho indicado para explorar as brechas da sociedade iraniana que o regime teocrático não evitou. Prometeu democracia e prosperidade, mas, em alternativa, criou uma espécie de ditadura religiosa, em que os *ayatollas* são quem decide quem é aceitável ou não para entrar na política.



¹ A designação formal do acordo é "Joint Comprehensive Plan of Action".

Entre as cedências mais contestadas pelos críticos do acordo está o abandono da exigência de paragem total de todas as atividades de “enriquecimento” de urânio e de processamento de plutónio, que era um aspeto central da estratégia americana. Em alternativa, exigiu-se uma diminuição dos respetivos *stocks* e limitou-se a capacidade de enriquecimento, por redução do número de centrifugadores autorizado. Não chega – continuam os críticos – para colocar Teerão suficientemente distante da capacidade de voltar facilmente ao nível de “enriquecimento” que permite a construção de armas nucleares.

Contestam-se também dois outros aspetos. Primeiro, o ter deixado de lado a ameaça de instabilidade regional que o Irão, mesmo sem armas nucleares, representa ao investir em capacidades assimétricas que lhe permitem intervir indiretamente em vários países da região (com milícias, redes de forças locais em vários países, treinadas e controladas pelas Quds Forces do Corpo de Guardas Revolucionários, etc.). Segundo, não se ter tido em conta a ameaça da continuação do programa de mísseis balísticos, com a colaboração técnica da Coreia do Norte e em violação de uma Resolução de 2010 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.²

A defesa que Teerão faz do programa de mísseis balísticos revela bem como tenta dissimular as ambições. Teerão alega que o programa tem uma natureza defensiva - como parte de uma estratégia de dissuasão -, e que os mísseis não serão capazes de transportar ogivas nucleares. Esta posição suscita dois comentários diretos. A colocação de ogivas nucleares em mísseis balísticos depende, sobretudo, da capacidade de miniaturização da ogiva,³ de modo a ser inserida na cabeça do míssil, e não do contrário. O propósito defensivo tem que ser visto em função da ameaça. O que receia, afinal, Teerão? Ser atacado pelos seus adversários ou sofrer represálias por envolvimento em conflitos externos, que tem sido a constante da sua procura de hegemonia regional?

Trump já deu – ao que consta, muito relutantemente – a sua concordância a dois relatórios sucessivos da Agência Internacional de Energia Atómica que confirmam que Teerão está a cumprir os termos do acordo nuclear, mas crescem os rumores que não aceitará o próximo relatório – previsto para 15 de outubro - e que, subsequentemente, denunciará o acordo. Não será surpresa porque a sua aversão já vem da sua campanha eleitoral.

Trump olha para o acordo como uma capitulação inaceitável da anterior administração e só encara duas possibilidades: rever os seus termos ou abandoná-lo. Para que este objetivo não se venha a diluir com o tempo, enviou a sua embaixadora nas Nações Unidas, Nikky Haley, à sede da Agência Internacional de Energia Atómica, em Genebra, para expressar as dúvidas da administração sobre a seriedade com que Teerão tem encarado o acordo. Diz Trump: «*I don't think Iran is in compliance. I don't think they are living up to the "spirit" of the deal*».

Esse possível desfecho tem alarmado muitos círculos políticos. Um numeroso grupo de personalidades que exerceram altas responsabilidades em anteriores administrações americanas acaba de divulgar uma declaração conjunta a exprimir as suas preocupações e a apelar à manutenção do acordo. O assunto é extremamente sensível e complexo. Só não está no centro das atenções imediatas porque a crise norte-coreana ocupa todo o espaço. Mas a breve trecho estará, certamente, num primeiro plano.

² *From thr Resolution 1929 – 9 June: «Decides that Iran shal not undertake any activity related to ballistic missiles capable of delivering nuclear weapons, including launches using missile technology ...»*

³ Precisamente um ponto que talvez nem a Coreia do Norte domine de modo seguro.

O que os factos nos mostram é que o compromisso assumido pelo Irão no campo nuclear, obtendo como contrapartida o levantamento de sanções que estavam a afundar a sua economia, não o tem impedido de continuar a estender a sua hegemonia, à custa do caos em que se vive no Médio Oriente e do qual é um dos principais responsáveis.

Por esta razão, dizem alguns, que os EUA ao se concentrarem exclusivamente no problema nuclear, foram apostar na ameaça errada, situação talvez deliberadamente provocada por Teerão. Poderá o abandono unilateral do acordo, por parte dos EUA, corrigir esta situação? Não existe qualquer consenso que permita essa conclusão. Aliás, os riscos dessa decisão dificilmente poderiam ser mais desencorajadores. Com o acordo sempre há alguma capacidade de monitorização das atividades nucleares do Irão. Poderá não ser tão eficaz quanto o recomendado, mas sem acordo não haverá qualquer regime de inspeções.

O revés nos esforços de combate à proliferação nuclear nem seria o mais sério impacto da anulação do acordo. Pior seria o de abertura de uma brecha entre americanos e europeus, com estes últimos a recusarem seguir a linha proposta por Washington, incluindo a reposição das anteriores sanções. Os EUA ficariam, provavelmente, isolados e com menos espaço para corrigir a situação. Rússia e China tirariam partido da falta de entendimento no chamado campo ocidental.

Obviamente, o problema iraniano precisa de ser visto em todas as suas dimensões, eventualmente com uma nova estratégia a concertar entre os EUA e a Europa e, talvez incluindo potências locais. Mas abandonar o acordo, dado os riscos que acarreta, só deve ser hipótese a partir do momento em que estiverem esgotadas todas as outras medidas possíveis. Julgam muitos que esse momento ainda não chegou.